

Lisboa, Cidade-Mãe dos Descobrimentos

(A propósito da XVII Exposição Europeia de Arte,
Ciência e Cultura, realizada em Lisboa, 1983.)

Carlos V teria dito: «Se eu fosse Rei de Lisboa, seria Rei do Mundo.» ⁽¹⁾.

Não foi Rei de Lisboa. Veio, depois, Filipe II, e não quis mudar a capital do seu império para Lisboa. Por isso mesmo, não foi Rei do Mundo, embora o fosse de longa parte desse mesmo Mundo.

Faltaram-lhe as largas perspectivas. Rei da continentalidade, faltou-lhe a visão da lonjura marítima. Como homem, não lhe faltava «proa», mas o certo é que não teve a coragem, ou a inteligência, de vir viver para o cais da Europa, e esse cais era Lisboa. Fixou seus olhos no Escorial. Devera fixá-los na Torre de Belém. Do Escorial via a planura castelhana, que não convidava ao percurso na distância. Da Torre de Belém, veria a ondulação das águas, e estas — e só estas — poderiam ser aliciente convite a prosseguir na devassa do planeta. Deu seus passeios a Toledo, e aí viu um Tejo minimizado. Se, demoradamente, o tivesse contemplado, no seu imenso estuário, seria o Rei do Mundo, como seu pai dissera. Lisboa debruça-se sobre o mar que, a dois passos do Tejo, lhe faz a corte. Madrid debruça-se sobre um riacho — o Manzanares. Sobre o Tejo, faria política a nível

(1) Joaquim Nabuco escreveu: «Se a Espanha [...] fundasse a sua capital em Lisboa, em frente das suas colónias de além-mar, na embocadura do Tejo, talvez que a língua espanhola absorvesse a portuguesa, e esta ficasse para sempre embalsamada, como as grandes línguas mortas, nas fachas de um poema; talvez a nação portuguesa, que nesse tempo já havia realizado a sua grande missão, vivesse somente hoje nas páginas dos *Lusiadas*. (*Escritos e Discursos literários*, págs. 19-20, Rio, 1939. Palavras de 1880).

Quem, das alturas de Lisboa, contemplar o Oceano, facilmente sentirá a tentação de Portugal para a devassa planetária. Lá em baixo as águas baloçam as naves e como que lhes segredam que o seu destino não é ficar ali a ouvir a doce *berceuse* do deixa-te ficar, mas partir, e partir sem demora, apesar de todos os riscos, para a conquista da lonjura.

planetário. Sobre o Manzanares, fez política a pouco mais do que a nível caseiro ⁽²⁾.

Lisboa sem Tejo não seria o que foi, é, e será. Das serras de Conca desce o Tejo. Toledo banha. Apertado, entra nas Portas de Ródão. E com afluentes daqui e dalém — Zézere e Nabão na linha da frente —, quando faz sua entrada aos pés de Lisboa, ainda não é mar, mas também já não é rio: é um misto do que consigo trouxe e do que na sua frente encontrou.

Conta-se que, nas suas areias, havia ouro, e deste teria feito D. Dinis o seu cetro. Mas se, com o tempo, se lhe foram as pepitas naturais, com os Descobrimentos lhe vieram as pepitas do Oriente. Os homens o empobreceram, os homens o enriqueceram.

O Tejo fez Lisboa, e Lisboa fez o Tejo. Osmosearam-se. Casaram-se. E do nascimento de Portugal à era dos Descobrimentos, os Reis portugueses viveram sempre enamorados do Tejo que abria para o mar, e do mar que abria para o Tejo. Quando o Infante se dispôs a olhar a Lonjura, com olhos perquiridores, já toda uma história pregressa do matrimónio do Tejo com o Oceano, e deste com o Tejo, lhe permitia lançar-se, com eficiência, na aventura da Distância. Os marinheiros do Infante eram os depositários de um saber náutico que vinha dos começos da nacionalidade e que, de reinado para reinado, foi revisto, corrigido e aumentado. Na *Magna Charta* da Navegação cada Rei português foi escrevendo o seu artigo. Com D. Fernando, a Carta das Navegações vai passar às mãos do Infante, que lhe assegurará os primeiros passos de ressonância ecuménica.



Oswaldo Orico — precisamente na conferência que fez a 24 de Outubro de 1947 — *Proa da Europa sobre o Mar* —, na Academia das Ciências de Lisboa, disse, de Portugal:

«Proa da Europa sobre o mar, tornou-se uma sentinela dos espaços, como porto mais próximo da África e das Américas.

Portugal — disse-o de uma feita Eugénio D'Ors: «é uma janela aberta sobre o oceano». Por isso (acrescenta Oswaldo Orico), todas as cidades portuguesas possuem um miradouro que está dizendo adeus aos caminhos. Porque todas as coisas fogem de Portugal? Porque a

(2) Madrid foi sugada pela planura castelhana. Lisboa sugada pela lonjura atlântica. Os Espanhóis ficaram com a adustez da Meseta, nos ossos. Os Portugueses com o *ondoyant et divers* das ondas, na alma.

terra é em si mensagem à distância. Um desafio do mapa. A promessa do mar ⁽³⁾.

Oswaldo Orico cita ainda a paixão de Unamuno pela nossa terra, e assim o traduz, na conferência já citada:

«Miradouro da Europa sobre as águas e sob o céu, conversam suas cidades com o infinito e até aquelas que, como Coimbra, a solitária, estão distantes da costa, se põem na ponta dos pés para desde a cidade alta (todas as cidades portuguesas têm sempre Alta e Baixa) dar seu adeus às gaivotas. Risonha e suave, concha trespassada de ecos atlânticos, praia do mundo antigo, põe no continente sua nota vegetal orgânica, manuelina. Não há — perguntava Pedro de Lourenço — em cada casa um escudo, em cada escudo um condado, em cada condado cem romeiros, em cada peregrino cem navegantes? E nos olhos de todo um povo, profusa cópia de algas, de âncoras, de estrelas? Portugal é a terra menos terra que possa imaginar-se. Sim! terra mari-nheira — na expressão do cronista avoengo.»

Escrito estava que Portugal não fosse uma monarquia agrária. Toda a sua geografia o impelia para o Oceano. Suas narinas mais respiravam o cheiro da maresia do que o cheiro das terras lavradas. Suas mãos mais lhe pediam o leme do que a rabiça do arado. A sua situação de Finisterra pedia-lhe o salto à Transterra. Fosse Portugal o país arquimilionário, que é a América do Norte, e talvez ele tomasse, primeiro que ninguém, o foguetão para a Lua, proeza nos ares, que só tem a competir com ela a proeza por ele realizada nos mares.



Da Lisboa dos Descobrimentos, disse Damião de Góis, na *Urbis Olisiponis Situs*: «A amplidão e a magnificência desta cidade são tais, que pode, mercê da beleza e variedade de seus edifícios, e da multi-dão que dentro de seus muros se agita, pleitear preferências com todas as outras cidades da Europa».

Camões disse da «nobre Lisboa»: «no Mundo, / Facilmente das outras és princesa».

Diogo Mendes de Vasconcelos chamou-lhe «orbis imperatrix». Duarte Nunes de Leão considerou-a «cidade em que mais bens da natureza e fortuna concorrem, que em muitas outras cidades do mundo». Luís Mendes de Vasconcelos teve-a por «mais capaz que todas as cidades do mundo para ser cabeça dum grande império».

(3) *Olisipo*, Abril de 1948, pág. 67.



Alguém disse haver cidades que «nascem» e cidades que se fazem. E está bem. Madrid, por exemplo, é cidade que se fez. Lisboa é cidade que «nasceu». Não de pai incógnito, mas do pai que fez deí a Cidade-Mãe dos Descobrimentos. Esse pai não consta do registo civil, mas do registo... telúrico. É o Tejo. Lisboa não é uma dádiva dos homens, mas uma dádiva da Natureza. De uma Natureza fluvial-marítima, porquanto Tejo e Mar, Mar e Tejo, à beira de Lisboa se confundem.

A Lisboa pedem meças Nápoles, Constantinopla, o Rio de Janeiro. Mas num concurso de excepcionais belezas — onde água e terra se beijam — talvez Lisboa não tivesse dificuldade por aí além em ganhar o primeiro prémio.

Da canção de Lisboa, Cidade-Mãe dos Descobrimentos, devia constar o vocativo dos tão conhecidos versos de Fernando Pessoa:

*Ó mar sa'gado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!*

Lisboa — a Cidade-Mãe dos Descobrimentos — pode dizer ao mundo, ainda pela boca de Fernando Pessoa:

*...o mar com fim será grego ou romano.
O mar sem fim é português.*

Do Tejo, principalmente, se partia para o mar sem fim. E sem fundo.



Lisboa e Tejo formam círculo fechado. Lisboa é filha do Tejo; o Tejo, com os seus barcos e marinheiros, é filho de Lisboa. Desde os primórdios de Lisboa, os dois — Lisboa e Tejo — têm feito excelente camaradagem. Ambos projectaram Portugal para além dos mares. Portugal sonhou a saída para a lonjura, e Lisboa, de mãos dadas com o Tejo, apressou a concretização desse sonho.

O Tejo tem sido, ao longo dos tempos, a antecâmara de Lisboa, para quantos estrangeiros nos visitaram. Tem sido, outrossim, um per-

manente convite à demanda do Ultramar. Do Tejo saiu a maioria dos que levaram o nome de Portugal para a Distância planetária. Por ele entraram todas as riquezas, as exóticas, vindas das terras descobertas pelos Portugueses, e as dos países europeus que conosco comerciavam. Nos séculos XV e XVI, o Tejo esteve permanentemente coalhado de navios. As saídas e entradas constituíam uma interminável lufa-lufa. Foi, então, o ponto de encontro de todos os comerciantes do planeta. Os estaleiros de Lisboa, à beira-rio, eram um estrepitante *fervet opus!* As ruas de Lisboa eram Babel, tantas as línguas que aí se falavam. O movimento de moedas, seu câmbio, sua permuta por especiarias e outros produtos orientais e africanos, era, na Lisboa dos Descobrimentos, um tilintar ininterrupto. A prata e o ouro sentiam-se como que na sua própria casa. *Hic sumus et movemur*. Tratavam-se por tu com os mercadores de todo o mundo. Podiam prata e ouro fazer suas as palavras de Gil Vicente:

*Avante, avante Lisboa!
Que por todo o mundo soa
Tua próspera fortuna;
Pois que fortuna te enfuna,
Faze sempre de pessoa.*

«Pessoa», aqui, significaria, talvez, aprumo, orgulho, projecção, proa voltada a todos os grandes empreendimentos. A não ser isto, que pretenderia Gil Vicente dizer com a palavra *pessoa*?



Pertencem a D. Francisco Manuel de Melo as palavras seguintes, nas *Epanáfcras*, Epan. II:

«Chamou com elegância o Poeta português Princesa das cidades do mundo à nossa insigne cidade de Lisboa, minha pátria. E não com menos propriedade lhe chamou outro poeta Rainha das águas do universo, olhando bem a majestade em que, sobre as praias do Tejo, que lhe servem de sólio, preside a todas as ribeiras do mar Oceano, cujo golfo, como praça, lhe preparou diante a Natureza, a qual praça se dilata até às remotíssimas ourelas da América setentrional, que tem por muro, à parte do Ocidente, com mais de mil léguas de terreiro, entre a costa de Espanha, que lava o mar Atlântico, e o remanente da Flórida, que vem descendo do Pólo ártico, por se enxirir nas estendidas províncias da Nova Espanha; em tal modo, que Lisboa, como

jóia da testa da Euopa (cuja cabeça se nos propõe a antiga Ibéria) está oferecendo-se, antes que outro porto ou cidade, para descanso de todos os peregrinos navegantes, que de Ásia, América, e África, vêm buscar aquele célebre empório, como o mais certo, capaz e seguro, de todo o Ocidente.»

Falou um homem que muito se honrava de ser natural de Lisboa. Outros muitos se honraram de terem sido nados e criados em Lisboa.

De Lisboa era Duarte Pacheco Pereira. Ele quem confidenciou no seu *Esmeraldo de situ orbis*, 4.º livro, cap. 4.º, pág. 101, Lisboa, 1892: «...excelente cidade de lixboa donde nos Duarte Pacheco somos natural...»

Mário de Almeida, fecha a sua *Lisboa no Romantismo*, com esta confidência sentimental, de 1916: «Minha Lisboa que me deste, quando nasci, a tua luz matutina, consente que, na minha, eu cerre os olhos na melancolia sagrada do teu entardecer. Querida!»

AQUI UM PARÊNTESES PARA O PORTO, QUE BEM O MERECE

O próprio Ultramar português é como se deitasse raízes para o Porto, porque no Porto nasceu o Infante D. Henrique, o *primum movens* dos Descobrimentos. A Oceanidade — costas voltadas à Espanha — tem sua nascente no Porto. Os estaleiros das naus dos Descobrimentos estiveram instalados, sobretudo, no Porto. Aqui se criou *clima* para a empresa ultramarina, para a gesta heróica que consistiu em ir mostrando novos mundos ao mundo.

Do Porto tirou Portugal o seu nome — aquele que figura no *mapa mundi* —, e do Porto também Portugal levantou âncora para o primeiro passo na gesta ultramarina. O Porto lhe deu a certidão de baptismo, o Porto lhe deu a certidão de mareante. A medula de Portugal — no carácter e na audácia ultramarina — tem muito da idiossincrasia portuense.

As raízes etimológicas e caracterológicas deitam, fundamentalmente, para *Portucale*.

O Porto foi um dos banqueiros da expedição a Ceuta. O principal. Todavia, nunca o indemnizaram da enorme despesa que então fez. Pediu o que lhe era devido, mas o certo é que D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, soberanos a quem o Porto lembrou a dívida que a Nação para com ele contraíra, foram adiando, sucessivamente, a retribuição, e nunca dos sacrifícios feitos foi compensado. Os Descobrimentos

iniciavam-se, pois, em crise financeira, tiveram seu auge, mas nem sequer no tempo das vacas gordas — ou das vacas aparentemente gordas — o Porto recebeu o correspondente à sua preciosa e essencial ajuda, de maneira que Portugal levantasse ferro para a gesta de além-mar. E a dívida acabou por... prescrever!

Os *tripeiros*, apesar disso, continuaram a ser generosos. Nunca faltaram com a sua presença, a sua competência de mareantes, a sua coragem, o seu dinheiro, em todas as expedições decisivas ao Norte de África. O seu rasto descobre-se em todos esses dramáticos e trágicos apuros. Aí colheram, por vezes, glória imarcescível, aí, uns quantos, foram cativos, e ainda aí outros foram colhidos pela morte.

Os primeiros colonizadores das terras descobertas eram, muitos deles, de origem portuense. A brotoeja da novidade os impeliu para esses lugares. E faltaríamos à verdade, se não acrescentássemos que a ambição do lucro constituiu outra das determinantes da sua largada para a aventura. A *libido lucrandi* estava-lhes no sangue. A prova histórica da presença dos *tripeiros* em todos os domínios portugueses de além-mar, e nas praças europeias onde pudessem fazer negócio, a pode o leitor encontrar, documentada por Artur de Magalhães Basto, em *O Porto e a era dos Descobrimentos*, (Barcelos, 1932).

Pedro Vaz de Caminha, o da carta de *achamento* do Brasil, era do Porto. Fernão de Magalhães, era *vizinho* do Porto (e, no seu tempo, *vizinho* equivalia a natural de). Aqui, no Porto, em contacto com mareantes experimentados, teria ele congeminado a viagem que, na história, lhe deu nome imorredoiro. A prova de quanto o grande navegador estava ligado ao Porto tira-se de que, no testamento que fizera, antes da largada para a sua viagem, em 1519, declara, que a décima parte dos lucros da sua empresa reverterá a favor de um convento do Porto.

Tudo isto é documentado por Magalhães Basto, na obra que atrás citamos. Um certo João do Porto, foi um «dos mais ilustres capitães de D. Manuel».

Mas demos a palavra ao ilustre historiador da Cidade do Porto.

«Além destes nomes que reuni das citações de vários autores [e muitíssimos são], há a multidão dos que obscuramente mourejaram pelo mundo, de quem a História não fala, mas que não têm menos direito do que os outros a serem recordados neste estudo!

A todos deve a Pátria a sua gratidão, pois com tenacidade e esforço constantes foram magníficos agentes nacionalizadores e ao mesmo tempo auxiliaram a missão universalista de Portugal.

No arquivo da Misericórdia desta cidade [do Porto] encontram-se públicas-formas e traslados de verbas de testamentos do séc. XVI e XVII, vindos dos quatro cantos do mundo, documentos através dos quais se pode fazer ideia, à falta de melhores elementos, de como seria avultada a quantidade de Portuenses que nesses tempos andavam exilados voluntariamente da sua terra natal» (4).

Não há dúvidas: os *tripeiros* marcaram presença bem efectiva em todo o Portugal ultramarino. O nosso domínio em terras de além-mar não teria a ressonância que realmente teve, se os Portuenses se tivessem excluído da Grande Aventura.

Quer-nos bem parecer que algumas das fisionomias varonis do tríptico de Nuno Gonçalves devem ser de cepa portuense. No famoso tríptico vemos figuras másculas, de rosto capaz de fazer frente ao mar. Eugenicamente falando, constituem a fina flor duma raça *sans peur et sans reproche*. Daquela «madeira» parece que já não se fazem hoje...

O Porto, já no séc. XIII, ocupava lugar de excepcional relevo, no respeitante à indústria. Todas as ferramentas agrícolas ali se fabricavam. A actividade naval era aí um perfeito *jervet opus*!

Pela barra do Douro, para o estrangeiro, saía peixe fresco e salgado, sal de Aveiro, frutas, peles, vinho. E por essa mesma barra, entravam, em Portugal, quantos produtos nós não tínhamos e que o estrangeiro nos podia fornecer.

Os *tripeiros* abundavam em todas as praças estrangeiras, onde pudessem fazer comércio.



Os comerciantes portugueses, antes do séc. XV, exerceram a sua actividade principalmente no Porto e em Lisboa. Foram eles que constituíram a história pregressa que culminaria na expansão ultramarina que encheu a dinastia de Avis, sendo o portuense Infante D. Henrique, porventura contaminado pelo espírito mercantil-marítimo dos Portuenses, quem mais decisiva influência teve na alvorada dos nossos Descobrimentos.

Se as feiras medievais nasceram no signo das necessidades terrestres da permuta de produtos, a navegação fez que as feiras fossem flutuantes, levando-as, mares fora, até onde puderam ir os nossos navios.

Os Descobrimentos foram a feira à escala internacional. Da feira a nível de penates, passou-se à feira a nível ecuménico. As nossas

(4) *Op. cit.*, págs. 48-49.

feitorias, lá fora, representam sucursais da feira cosmopolita de Lisboa, na época do *Venturoso* e de D. João III.

As cidades-cais do litoral — Lisboa e Porto principalmente — fizeram decair as feiras terrestres.

O comércio ecuménico suplantava a feira de campanário. O litoral vencia o *hinterland*.



De Lisboa à Galiza não havia porto de mar mais seguro que o da «mui nobre e leal cidade».

E, por isso mesmo, a bem dizer, desde os primórdios da monarquia o Porto foi terra privilegiada no tráfego marítimo. Daí, tanto para os portos do sul como do norte da Europa, saíram mareantes de excepcional perícia na arte de navegar. Eles, como poucos, possuíam o saber «de longa experiência feito».

Dessa plêiade de mareantes da primeira dinastia é que vieram a sair muitos daqueles que, depois, colaboraram, de maneira muito efectiva, na gesta dos Descobrimentos, iniciada pelo Portuense Infante D. Henrique. Afonso Álvares Baldaia era Portuense, e foi ele quem, com Gil Eanes, dobrou o Cabo Bojador. Fernão de Magalhães era Portuense, e cidadão do Porto o foi o famoso Pero Vaz de Caminha, o da Carta relativa ao achamento do Brasil, enviada a D. Manuel. Cronista das navegações foi o Portuense Tomé Lopes. Missionário em terras do Ultramar o foi o Portuense Simão de Vasconcelos. Todos, para ela, estavam indicados pela sua perícia em matéria náutica.

O Porto não deu apenas nome a Portugal. Deu-lhe, sobretudo, prestimoso auxílio militar e armadas para que Ceuta fosse tomada, em 1415; para que, nos anos de 1424 ou 1427, o Infante D. Henrique organizasse uma expedição às Canárias e para que D. Afonso V conquistasse as praças do norte de África — designadamente Alcácer Ceguer em 1458 e Arzila em 1471. E já o Porto em 1437 dera o seu contributo, em homens e barcos, para a, aliás, malograda expedição contra Tânger.

Portugal tirou o seu nome do Porto, e do Porto tirou recursos — em dinheiro, em navios, em mareantes, em soldados — para a sua aventura planetária.

Artur de Magalhães Basto, no já citado *O Porto na era dos Descobrimentos*, demonstrou que Pero Vaz de Caminha era cidadão do Porto, o que ressalta do facto de ter assinado, como tal, alguns assentos de vereações anteriores a 1500. António Cruz, que cita Maga-

Ilhães Basto, fez também suas investigações, que constam do estudo publicado no *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. IV, fascs. II e III: *Pedro Vaz de Caminha, Cidadão do Porto, Novas achegas para a história da sua família*, e às seguintes conclusões chega, documentalmente:

a) que viviam no Porto, logo nos princípios da segunda metade do século XV, os pais de Pero Vaz de Caminha;

b) que ele aparece entre os cidadãos do Porto mais em evidência no seu tempo e tinha nesta cidade e seu termo algumas propriedades, além de aqui exercer o ofício de seu pai [*Mestre da Balança da Moeda*];

c) que continuaram a viver no Porto os seus descendentes mais próximos».



A Carta de Pero Vaz de Caminha sobre o «achamento» do Brasil está longe de ser a de um pedante. Escreveu-a com base no que viu de pitoresco (a sua carta tem muito de pictural), não teve a presunção de a escrever como oficial da pena, foi fluente, fugiu aos arrebiques do postigo. Nestes nossos dias de hoje, Caminha seria o homem para a reportagem de um excelente filme sobre os primeiros aspectos do Brasil.

Do humano e do telúrico que se lhe deparou a seus olhos de óptimo observador nada de essencial lhe escapou. Foi jornalista exímio.

Vê-se que logo ficou conquistado para o Brasil. Chegava, via, e era... vencido pelo deslumbramento de quanto se lhe deparava. Escreveu na clave da espontaneidade — sem plano, sem retóricas, *tel sur le papier qu'à la bouche*. Sabor de fruta fresca. Nada de mumificado. Tudo fora da «suficiência livresca». Abrenúncio!

Notar como Caminha fala dos «Índios» — e em ortografia de agora o passamos para aqui:

«A feição deles é serem pardos, como que avermelhados, bons rostos e narizes bem feitos; andam nus, sem nenhuma cobertura, não se importam de nenhuma cousa cobrir, nem mostrar suas vergonhas, e estão, acerca disso, com tanta inocência como têm em mostrar o rosto».

Referindo-se a dois Índios levados à nau capitânea, escreve:

«Ambos traziam os lábios de baixo furados e metidos por eles ossos brancos do comprimento de uma mão travessa e da grossura de um fuso de algodão e agudo na ponta como furador; metem-nos pela

parte de dentro do lábio, e o que lhe fica entre ele e os dentes é feito como roque de xadrez e de tal maneira o trazem encaixado, que os não incomoda, nem lhes perturba a fala, nem o comer, nem o beber. Os seus cabelos são corredios e andavam tosquiados de tosquia alta, mais que de sobre pente de bom tamanho, e rapados até por cima das orelhas».

De uma das moças que apareceram, diz Caminha: «era toda pintada de alto a baixo [...] e tão bem feita e tão redonda em suas formas, tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, causaria pena não terem as suas como ela».

E, agora, dos aspectos telúricos: «Andamos [...] vendo a ribeira, que é de muita água e muito boa; ao longo dela há muitas palmas, não muito altas, em que há muitos bons palmitos, dos quais colhemos e comemos muitos».

E tornando às gentes:

«Andam muito bem tratados e muito limpos, e naquilo me parece ainda mais que são como aves ou alimárias monteses, que lhes faz o ar melhor pena e melhor cabelo que às mansas, porque os seus corpos são tão limpos e tão gordos e tão formosos, que não pode mais ser, e isto me faz presumir que não têm casas nem moradas em que se recolham, e o ar a que se criam os faz tais.

[...] A inocência desta gente, Senhor, é tal, que a de Adão não seria maior quanto ao pudor».

Ainda a terra: «de tal maneira é graciosa, que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, em virtude das suas boas águas».

Pero Vaz de Caminha ficou cativado do Brasil. Se por lá se demorasse, seria capaz de, algum dia, apegado e enraizado naquela terra, confessar como o poeta brasileiro do nosso tempo — Cassiano Ricardo:

*Agarrado ao teu corpo,
sinto que estou amarrado
nas tuas tranças lúbricas de sol.
Sinto que estou crucificado
pelos cipós em flor que cresceram em torno de nós.*

E mais dizia, cativado daquela terra:

*Beijo-te a boca, e encontro nela
o sabor tropical de um fruto húmido e doce.
O teu cheiro me instiga a volúpia do olfato.*

*Os teus olhos azuis são mais azuis que
[todas as trapoerabas que nasceram como
doidas dentro do mato!*

E acrescentaria ainda:

*Tão íntimo há-de ser o meu contacto
como teu corpo estival com a tua boca vermelha
e tão grande há-de ser, afinal, nossa luta,
sobre o leito nupcial traçado de cipós
que a noite há-de cair suando estrelas douradas
e derramando o luar pelos ramos das árvores
sobre nós.*

Pero Vaz de Caminha passou. Não ficou. Mas, se ficasse, e para dizer *amor* não lhe faltasse a *língua* (e palpita-nos que não faltaria, a avaliar pela carta do *achamento* do Brasil), talvez pudesse fazer à terra brasileira uma declaração amorosa no estilo da que aí fica.



Com base na carta de «achamento», de Pero Vaz de Caminha, fez Cassiano Ricardo o argumento para a *Ladainha* do Martim Cêrêrê:

*Por se tratar de uma ilha deram-lhe o nome de ilha de Vera Cruz.
Ilha cheia de graça
Ilha cheia de pássaros
Ilha cheia de luz.*

*Ilha verde onde havia
Mulheres morenas e nuas
arhangas a sonhar com histórias de luas
e cantos bárbaros de pagés em poracés batendo os pés.*

*Depois mudaram-lhe o nome
p'ra terra de Santa Cruz
Terra cheia de graça
Terra cheia de pássaros
Terra cheia de luz.*

*A grande Terra girassol onde havia guerreiros de tanga e onças
ruivas deitadas à sombra das árvores mosquadas de sol.*

*Mas como houvesse em abundância,
certa madeira cor de sangue, cor de brasa
e como o fogo da manhã selvagem
fosse um brasido no carvão nocturno da paisagem,
e como a Terra fosse de árvores vermelhas
e se houvesse mostrado a nós gentil
deram-lhe o nome de Brasil.*

*Brasil cheio de graça
Brasil cheio de pássaros
Brasil cheio de luz.*



Na linha da frente dos Descobrimentos encontramos sempre os homens do Porto.

A história é um tanto (não dizemos inteiramente) feita pela geografia. A história do Porto justifica, em boa parte, o aforismo anterior. Se o Porto tem mercado, ao longo dos tempos, essencialmente como cidade comercial, o caso se deve à sua situação geográfica, na margem direita do rio Douro, e a dois passos da barra, aqui com o mar à porta.

Já D. Afonso Henriques, no ano de 1141 (a seis anos da conquista de Lisboa), concedeu metade da dízima de todas as barcas que viessem de França à cidade do Porto. Doação foi essa que o Bispo e o Cabido depois compraram por cem maravedis de ouro.

Consta isso do *Catálogo dos Bispos do Porto*, elaborado por D. Rodrigo da Cunha, e passa por ser esse o documento mais antigo relativo ao comércio portuense.

Outros documentos se tem encontrado nos arquivos alusivos à actividade comercial-marítima dos Portuenses. Assim, em 1254, Afonso III, publicou lei reguladora da polícia dos navios mercantes vindos de França, e D. Dinis, em 1293, publicou, igualmente, diploma relativo às taxas dos navios que desancoravam do Douro, para levarem mercadorias à Flandres, à Inglaterra e à Normandia. De Afonso IV

há uma inquirição e provisão respeitantes ao imposto do sal exportado, e também D. Fernando (1377) legislou relativamente ao caso ⁽⁵⁾.

Que se exportava pela barra do Douro? Vinho, peixe seco, sal, frutas e coiros. Que se importava? Principalmente tecidos que, nesse particular, nós nada tínhamos, a bem dizer.

Por contrato celebrado entre Portugal e Eduardo III da Inglaterra (1383) os Portuenses, versados, conversados e experimentados em coisas marítimas, fizeram suas pescas nas costas da Inglaterra. A autorização de irem lá tão longe, no caso mostrando excepcional competência e heroísmo, era válida por cinquenta anos, nos termos do contrato.

Colónias portuguesas se estabeleceram nas principais cidades comerciais da Europa. Aí levavam produtos nacionais e especiarias orientais. Antuérpia foi, na Flandres, feitoria de grande ressonância comercial e cultural, no séc. XVI. Mas o estabelecimento de colónias portuguesas na Flandres vinha já de 1386.

E de certeza absoluta nessas colónias muitos Portuenses figurariam, se considerarmos que se tratavam por tu com o mar e as terras onde pudessem fazer seus negócios.

As duas margens do Douro eram lufa-lufa de estaleiros. A Alfândega quase não tinha lugar para o movimento das mercadorias. (Esteve onde está hoje o Gabinete de História da Cidade, a casa onde nasceu o Infante D. Henrique). A Bolsa (instituída em meados do séc. XIV) tinha extraordinária actividade em tudo que dissesse respeito ao dinheiro em circulação (em depósito) relativo ao comércio marítimo.



O Porto — terra onde a higiene sempre deixou muito a desejar ⁽⁶⁾ — foi muitas vezes vítima da fome, da peste e da guerra. O Porto, porém, de um momento para o outro se refazia. Dir-se-ia que o desejo da ganhança o fazia ressurgir das próprias cinzas. Quando chegou a hora dos Descobrimentos, acusou a sua presença. Da Índia trouxe pardaus a rodo, os tais que Sá de Miranda viu circular em Cabeceiras de Basto.

⁽⁵⁾ Ricardo Jorge, nas *Origens e desenvolvimento da população do Porto*, documenta escrupulosamente, como era seu jeito, tudo que dizemos.

⁽⁶⁾ Ricardo Jorge dizia que a higiene era a palavra mais grega que circulava em Portugal. O Porto, talvez, na linha da frente...

Juntando-se, em frente única, com Vila do Conde e Viana do Castelo, fez séria concorrência a Lisboa, no comércio oriental. Em Antuérpia teve D. João III, na feitoria portuguesa, um negociante do Porto, homem opulento, que atirava dinheiro pela janela fora. Tendo adoecido, tratou-o Amato Lusitano. Pois, para pagar os honorários do físico, abriu os cordões à bolsa, e deitou-lhe nas mãos nada menos que trezentos cruzados de ouro, uma continha calada, que hoje andaria pelos cem contos.

Homem de extrema prodigalidade, conta-se que, num banquete que ofereceu em Antuérpia, em vez de gastar a lenha vulgar de Lineu nos fogões de sala e da cozinha, queimou paus de canela.

Nesse particular da prodigalidade negava o espírito tripeirense, que prima pelo agudo sentido da economia.

A LISBOA MANUELINA

A Lisboa dos Descobrimentos, quando estes alcançaram o auge, no tempo do *Venturoso* ⁽⁷⁾, devia ser uma das mais belas cidades do mundo. Então se dizia, com toda a razão: «Quem não viu Lisboa, não viu coisa boa» ⁽⁷⁾. Já antes dessa época a capital era cidade de grande lufalufa portuária. Com efeito, Lisboa era, já no séc. XIV, cidade de porto movimentadíssimo. Famosa a página de Fernão Lopes, a tal respeito:

(7) A par do «Quem não viu Lisboa, não viu coisa boa», há «Quem no ha visto Sevilla, no ha visto maravilla», «Qui n'a point vu Versailles, n'a vu rien qui vaille». Quanto aos Napolitanos, ainda que sem rima, dizem: «Vedi Napoli e po'mori».

De Lisboa, uma personagem de Tirso de Molina (*Doña Beatriz de Silva*, I, 4) diz:

*pues no la ama quien no llora
ni tene ciudad igual
el orbe en cuanto el sol dora.*

Em *Doña Beatriz da Silva*, comédia de Tirso de Molina, uma das personagens, despedindo-se de Lisboa, saudosamente, diz (I, 8):

*Adios seboso Babcl,
Castillo, Plaza, Rua Nova
Palacio, San Gian, Belén,
Cruz de Cataquifaras,
Adios, Chafari do Rei,
bayeta, boas botas, luas
blancos y negros también.*

«Lisboa é grande cidade de muitas e desvairadas gentes [...] Havia outrossim mais em Lisboa estantes de muitas terras, não em uma só casa, mas muitas casas de uma nação, assim como Genoveses e Prazentins e Lombardos e Catalães de Aragão e de Maiorca e de Milão, que chamavam Milanese, e Corciris e Biscainhos: e assim de outras nações, a que os reis davam privilégios e liberdades [...] E estes faziam vir e enviavam do reino grandes e grossas mercadorias, em guisa que, afora as outras cousas de que nessa cidade abastadamente carregar podiam somente de vinhos foi um ano achado que se carregavam doze mil tonéis, afora os que levaram depois os navios na segunda carregação de Março. E portanto vinham de desvairadas partes muitos navios a ela, em guisa que com aqueles que vinham de fora e com os que no reino havia, jaziam muitas vezes ante a cidade 400 e 500 navios de carregação; e estavam à carga no rio de Sacavém e à ponta de Montijo, da parte do Ribatejo, 60 e 70 navios em cada lugar, carregando de sal e de vinhos; e por grande espessura de muitos navios que assim jaziam ante a cidade, como dizemos, iam antes as barcas de Almada aportar a Santos, que é um grande espaço da cidade, não podendo marear entre eles»⁽⁸⁾.

Se assim era antes dos Descobrimentos, podemos concluir o que seria na lufa-lufa da epopeia marítima.

Inclita e gloriosa cidade chamou o Dr. Jerónimo Münzer a Lisboa.

O Dr. Jerónimo Münzer escreveu um *Itinerário* da viagem que fez a Lisboa, no reinado de D. João II⁽⁹⁾. Escreveu o em latim, que Basílio de Vasconcelos traduziu para português. A tradução foi publicada no vol. 80 do *Instituto*, de Coimbra, e, da notícia aí dada pelo tradutor, extraímos o seguinte passo, que interessa à Lisboa dos Descobrimentos:

«Por que razão veio Münzer à Península, procurando além disso, e conseguindo, avistar-se com D. João II e com os Reis Católicos? Teria sido essa viagem determinada simplesmente por uma bem legítima curiosidade, ou terá tido também outras causas? Não terá sido Münzer um emissário do imperador Maximiliano? Com que fins? São perguntas que talvez nunca possam ter uma resposta segura.

O que é certo é que Münzer foi muito bem recebido por D. João II. Esse grande rei que, para me servir duma expressão popular, não dava ponto sem nó, foi para com ele extremamente amável:

(8) *Crónica de D. Fernando*. Passo transcrito da Antologia Portuguesa de Agostinho de Campos, *Fernão Lopes*, t, pág. 77-79.s

(9) *Segundo em nome, e a ninguém segundo*, conforme o soneto que precede a *Crónica de D. João II*, escrita por Garcia de Resende.

teve longas conversas com Münger, convidou-o quatro vezes para a sua mesa, abraçou-o quando ele se despediu para continuar a sua viagem e armou cavaleiro ao seu companheiro António Herwart, de Augsburg, presenteando-o com espada e bainha dourada, esporas e capacete.

Deu também a Münger, segundo este diz, cartas para em Lisboa lhes mostrarem tudo. Pode ser que Münger tome a palavra *tudo* à letra; mas, para aqueles que sabem quem era D. João II, esse *tudo* significa tudo aquilo que não havia inconveniente em lhe ser mostrado e sobretudo *aquilo que duma maneira especial convinha ao rei que eles vissem*.

Foi por isso que em Lisboa, na *índia e gloriosa* cidade de Lisboa, como a apelida Münger, depois de lhes terem deixado ver as mercadorias armazenadas na Casa da Mina, se não esqueceram de lhes mostrar também imensa quantidade de magnífico material de guerra (*omnia optime facta et in maxima copia*, como diz o nosso viajante), e uma ferraria enorme, espécie de fábrica espaçosa, com muitos fornos em plena actividade e inúmeros operários pretos, na qual se fabricava muitíssimo material de toda a espécie, desde as espadas e lanças até às peças de artilharia e ao material naval. Poderiam assim os viajantes informar em toda a parte, e muito especialmente na Corte dos Reis Católicos⁽¹⁰⁾, que o rendoso comércio da Guiné estava em mãos que saberiam defendê-lo e que dispunham de bons elementos para essa defesa».

Os de fora diziam maravilhas de Lisboa. Que não diriam os Lisboetas? Lembremos a personagem dos *Apólogos Dialogais*, de D. Francisco Manuel:

«A melhor das cinco partes do Mundo é a Europa; a melhor da Europa é a Espanha; a melhor de toda a Espanha é Portugal; a melhor de Portugal é Lisboa; a melhor de Lisboa é o Rossio; e a melhor parte do Rossio são as casas de meu pai que estão no meio e vêem os toiros do lado da sombra».

Porque corremos Assecas e Mecas, ou, doutra maneira, porque andámos por todo o planeta, ou pouco menos, a nossa língua meteu barbarismos que foi o fim do mundo... Não sou eu quem o diz, mas quem o repete, da *Grammatica da Língua portuguesa* de Joam de Barros, Lisboa, 1540, e faremos a reprodução, *ipsis verbis*: «Bárbarismo, e uício que se comta na escritura de cada hũa das pártes ou na prol nunciaçam. E ã nehũa parte da terra se comete mais esta figura da

(10) A 17 de Janeiro de 1495 chegou Münger a Madrid, onde foi recebido pelos Reis Católicos.

pronunciavam, que nestes reinos: por causa das muitas nações que trouxemos ao iugo do nósso serviço»⁽¹¹⁾.

Estendai das mercadorias orientais descarregadas das naus — a pimenta em primeiro lugar, luz dos olhos de Portugal. Ruas cosmopolitas, nas quais se falava uma babel de línguas.

Claro que a língua portuguesa se enriqueceu, mercê da intimidade que tivemos com gentes peregrinas. No *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, escreveu João de Barros: «...E agora, da conquista de Ásia tomamos *chatinar* por *mercadejar*, *beniaga* por *mercadoria*, *lascarim* por *homem* de guerra, *çumbaia* por *mesura* e *cortesia*, e outros vocábulos que são já naturais na boca dos homens que naquelas partes andaram, como o seu próprio português».

(Com excepção de *beniaga* e *çumbaia*, ortografámos à moderna os demais vocábulos, quando foi caso disso).



Trajes, na Lisboa quinhentista, eram os mais diversos. Gente queimada dos trópicos. Investigadores, que vinham saber novidades, viajantes atraídos pela curiosidade de *algo nuevo que mirar*, espíões, comerciantes, rostos marcados por cicatrizes de combates, espíões disfarçados, mendigos a par de gente opulenta, escravos em quase nudez, representantes de feitorias estrangeiras... Corte esplendorosa. Festins. Saraus palacianos, com Gil Vicente à testa⁽¹²⁾. Galantarias fida!gas. Tejo coalhado de naus — uma autêntica floresta de mastros garridos⁽¹³⁾. Embaixadores que esperavam recepção do *Venturoso*. Tratados. Operações comerciais de vulto. A Casa da Índia, sem tempo

(11) Antes do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, D. Manuel apensava ao seu nome: *Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África, Senhor da Guiné*.

Após a proeza de Vasco da Gama, acrescentou: *e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia*.

Presunção cada qual a toma na dose que lhe apetece...

(12) No tempo de D. João III, verificou-se uma deplorável transição. Ainda, é certo, Gil Vicente, dá um ar da sua graça, da sua jovialidade, da sua acerada crítica social, incidindo a sua sátira principalmente sobre o clero que se desbragara, sobre o fidalgo presunçoso, e a própria classe popular é retratada nas suas qualidades e defeitos.

Se adrega de viver no tempo da Inquisição, amargos de boca o esperariam...

(13) Cervantes, ao falar de Lisboa, não disse apenas cidade na qual «la hermosura de las mujeres admira y enamora», mas também cidade «de las selvas móviles de árboles que los de sus naves forman».

para receber bateladas de dinheiro. Missionários que saíam a dilatar a fé cristã, nos confins do mundo. Recepções magníficas na Corte. Presentes espectaculares enviados por D. Manuel ao Papa Leão X.

A propósito da bicharada oferecida por D. Manuel a Leão X, escreveu Vilhena Barbosa:

«Os primeiros elefantes, que foram vistos na Europa, depois da destruição do império romano, desembarcaram em Lisboa nos princípios do século XVI, enviados da Índia a El-Rei D. Manuel. Também este monarca recebeu, da África, um rinoceronte, gazelas e antílopes, e da Índia um elefante domesticado e ensinado a fazer certos exercícios, e uma onça igualmente domesticada e adestrada nas lides da caça. Foram recolhidos todos estes animais no pavimento térreo dos paços da Ribeira, em casas transformadas em jaulas, com as janelas e portas resguardadas com grades de ferro, ou nos pátios, conforme a natureza dos referidos animais.

A onça e o elefante domesticados fizeram parte dos presentes que El-Rei D. Manuel ofereceu ao Papa Leão X, como primícias das riquezas do Oriente, por ocasião da sua elevação ao sólio pontifício. A embaixada de Tristão da Cunha, que conduzia as régias oferendas, ficou celebrada nos fastos da cidade de Roma e do pontificado. Na sua entrada pública e solene (12 de Março de 1514), os Romanos estavam maravilhados da magnificência da embaixada e da cópia de riqueza dos presentes, transportados sobre o elefante e sobre trezentas azémolas, ricamente ajaezadas e conduzidas à mão por outros tantos criados vistosamente fardados. Porém, a sua admiração subiu de ponto, quando viram a onça, recostada, sem prisão alguma, sobre a anca de um soberbo cavalo (oferecido e mais a onça a El-Rei D. Manuel pelo Rei de Ormuz). E a sua admiração converteu-se em perfeito assombro, vendo o elefante fazer genuflexões e a espargir, sobre o povo, e a lançar para as janelas abundantes chuveiros de água aromática, que ia sorvendo em vasilhas, que lhe apresentavam ⁽¹⁴⁾.

Em 1517, El-Rei D. Manuel enviaria também ao Papa Leão X um rinoceronte, «com outro riquíssimo presente de uma riquíssima baixela de prata, com grande cópia de peças de feitios variados e de labores de singular delicadeza e perfeição. A nau, que transportava o presente — diz ainda Vilhena Barbosa —, arribou ao porto de Marselha, onde então se achava El-Rei de França, Francisco I. Chegando ao conhecimento deste soberano que, a bordo da nau, ia um rinoce-

(14) Citado por Eduardo Sequeira, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1887, págs. 21-22.

ronte, desejou vê-lo, e conseguiu do capitão João de Pina que fizesse desembarcar tão singular fera, para que fosse vista por toda a cidade.

Desembarcado o rinoceronte, causou geral admiração, por não se ter visto em França outro animal desta espécie; e o monarca, em agradecimento, presenteou João de Pina com um cavalo magnífico e 5 000 escudos de ouro. Acometido de um furioso temporal, na sua viagem para a Itália, naufragou nas costas de Génova, com perda total do navio e da tripulação. A baixela de prata ficou para sempre sepultada no fundo do mar e o rinoceronte veio à praia morto; mas a sua pele, empalhada cuidadosamente, lá foi conduzida a Roma e apresentada a Leão X»⁽¹⁵⁾.

Deus, que escreve direito por linhas tortas, lá saberá porque se desencadeou o temporal. D. Manuel punha, Deus dispunha. O representante de Deus sobre a Terra — Leão X — só apanhou a pele do bicho. Baixela, viste-la!

O referido rinoceronte chegou a Lisboa em 1517, e três meses depois veio outro elefante. E é ainda Vilhena Barbosa quem nos vai dizer — o seu a seu dono! — que espectáculos se verificaram, na capital, dados pelo rinoceronte e pelo elefante:

«Logo se originou na Corte uma acalorada controvérsia acerca da falada antipatia entre estes dois animais. Desejando El-Rei D. Manuel que se fizesse a experiência, destinou-se para esse fim um dos pátios do Paço mais bem resguardados. Ocupadas todas as janelas do Paço pela família real e a Corte, abriu-se a porta da jaula e o rinoceronte entrou no pátio, no qual foi introduzido pouco depois o elefante.

Assim que o rinoceronte viu o seu antagonista, abaixou o focinho até quase ao chão, para melhor se servir da terrível arma, e bufando com estrondo e tanta força que levantava aos ares núvens em pó, investiu imediatamente com o elefante. Este, porém, com um movimento rápido, pôs-se em guarda, levantando a tromba e oferecendo ao inimigo as suas terríveis presas. Mas quando os espectadores esperavam, cheios de ansiedade, gozar as peripécias de um combate encarniçado entre tão potentes quadrúpedes, o elefante, possuído de terror, talvez por ser ainda novo, com espantosa rapidez e agilidade abaixa a cabeça, inclina a tromba para baixo do corpo, e, soltando urros medonhos, arremete com tal ímpeto e tamanha força, contra uma janela com grades de ferro, que deitava do pátio para o Terreiro do Paço, que con-

(15) *Ibidem*, pág. 23.

segiu, apesar da fortaleza das grades, e com espanto de todos, abriu caminho para fugir ao inimigo.

O rinoceronte foi obrigado a entrar na jaula, graças a uma corrente de ferro, que lhe conservavam presa a um pé. E o elefante, urrando e correndo espavorido, com a tromba levantada, pelo Terreiro do Paço e pelas ruas da cidade, com grande pavor dos habitantes, só parou no Rossio, onde sossegou à voz do cornaca. A Corte não disfrutou o espectáculo, que tão ansiosamente esperava, mas não desejou a repetição da tentativa.

A antipatia dos dois paquidermes ficou comprovada e de maneira que deixara nos espectadores uma certa impressão de terror ⁽¹⁶⁾.



A Corte, a que presidia D. Manuel, foi, então, o nosso principal foco literário. Os escritores mal se podiam conceber independentes, nessa época. Viver à sombra da corte, gozar das boas graças do rei — o primeiro dos Mecenas — constituía uma obsessão. Sá de Miranda, mesmo no refúgio da Tapada — uma espécie de Herculano em Vale de Lobos — vai escrevendo a sua obra poética, tendo em vista o príncipe D. João — aquele que virá a ser o sucessor de D. Manuel.

⁽¹⁶⁾ *Ibidem*, págs. 22-23.

É de Diogo Velho da Chancelaria (*Cancioneiro Geral*, t. V) esta referência a Lisboa dos Descobrimentos, em 1516:

Ó da gram mata, Lisboa,
Onde toda a caça soa;
Arábia, Pérsia e Goa
Tudo cabe em seu curral.

André de Resende, na *Oratio pro rostris*, chama, a Lisboa, *Regina vasti oceani*. João Brandão, na *Estatística*, de 1552, diz que Lisboa «excede todas as cidades do mundo». Garcia de Resende, na *Miscelânea*, diz, como testemunha presencial:

Lisboa vimos crescer
em povos e em grandeza,
e muito se nobrecer
em edificios, riqueza,
em armas e em poder;
porto e trato não há tal,
a terra não tem igual
nas frutas, nos mantimentos;
governo, bons regimentos
lhe falecem, e não al.

Camões, escrevendo *Os Lusíadas*, em D. Sebastião estava pensando, como possível dispensador de alguma tença — a tença que, afinal, veio a obter, e que tão discutida tem sido, a uns parecendo mesquinha, a outros generosa. Gil Vicente escreveu sob a égide da corte manuelina e joanina.

A D. Manuel sobravam riquezas e luxo para fazer da sua corte um centro de esplendor literário. Não foi homem para vida ascética, antes primou pelo sibaritismo e partes adjacentes. Esteve muito longe de ser uma personagem discreta. Antes se comprazia em dar espectáculo com a sua presença. Saindo por Lisboa, não o fazia no signo do anonimato. Adiante de si, quando passeava pela cidade, levava com atabales e trombetas, um caçador pérsio sobre cavalo acobertado, da mesma raça, em cujas ancas ia uma onça de caça, cinco elefantes da Índia, e uma «rhinoçerota», como diz Damião de Góis.

Este mesmo Cronista nos informa de que D. Manuel «cōtinuadamente todos os domingos, & dias sanctos, & algũs de fazer em quãto foi casado dava às damas, & galantes, em q̃ todos dançauão, & bailavão, & elle algũas vezes.»

E Álvaro Júlio da Costa Pimpão, que isto transcreve e faz preceder de considerações pertinentes, acrescenta que as festas reais se faziam com desusado esplendor. Talvez por isso mesmo, D. Beatriz, duquesa de Sabóia, foi notada pelos Genoveses de soberbia de carácter: habituada aos esplendores da corte paterna, a princesa recebeu desdenhosamente as festas com que aqueles se dignaram saudá-la ⁽¹⁷⁾.

Se déssemos crédito a Sá de Miranda, que pergunta, dentro do reinado de D. João III:

Os momos, os serões de Portugal
Tam falados no mundo, onde são idos?
E as graças temperadas do seu sal?

Dos motos o primor, e altos sentidos?
Uns ditos delicados, cortesãos,
Que é d'eles? Quem lhes dá somente ouvidos?,

seríamos levados a supor que na corte do *Piedoso*, tudo seria tristeza, corte sem divertimentos, graça ausente em parte incerta. E não é verdade. A festiva corte manuelina tinha natural sequência na corte

(17) *História da Literatura Portuguesa*, segundo volume, séc. XVI, págs. 112-113, Edições Quadrante, s/d.

joanina. Lembremos que Gil Vicente representou o seu teatro principalmente na época de D. João III (para cima de quarenta peças).

Muitos dos ditos galantes — diz Álvaro Pimpão — recolhidos por D. Francisco de Portugal, na *Arte da Galantaria*, são da época joanina.

E se na época de D. Sebastião o clima da corte manuelina e joanina não continua, o caso se deve «menos ao temperamento do rei do que à sua condição de celibatário. Mas ainda se sabia então que coisa era galantear», diz Álvaro Pimpão, que cita Cristóvão Soares de Abreu a contar o seguinte episódio:

Indo D. Sebastião pela primeira vez a Évora, com espectacular comitiva, teria perguntado a quem haveria de falar, ao que um dos fidalgos presentes lhe disse:

— Vossa Alteza deverá falar e tirar a gorra a todas as mulheres fidalgas que estiverem nas janelas.

— E como hei-de eu conhecer as fidalgas?

Resposta do galante:

— Toda a mulher formosa é mulher fidalga.

Na corte manuelina e na joanina — na época, pois, da Lisboa dos Descobrimentos — a conversa era prato obrigado na corte. Corte, cortesania... Corte, cortês... Conversa ou tertúlia que não fosse cortês, não faria sentido. Luísa Sigee, uma das damas da roda da Infanta D. Maria (a tal que sabia línguas que era o fim do mundo: latim, grego, hebraico, siríaco, árabe...), dava o paradigma da conversa, dizendo que devia ser «galante, graciosa, llena de novedades, sesuda y honesta, que se começasse con deseos y se acabasse sin pesadumbres.» Mais dizia Sigee que a pessoa que desejasse ter boa conversação devia ser «en el aspecto blanda, em las palabras comedida, en los meneos grave, en el discurso de la conversacion sabrossa y leyda, y de buen juyzio para dezir cosas con sal y gusto de quien las oye, y maneras, para que quien la conversare le de credito como a persona abil y diestra en lo que dize y pretiende» ⁽¹⁸⁾.

A Lisboa, Cidade Mãe dos Descobrimentos, não foi, no século XVI, sobretudo no reinado de D. Manuel, Cidade onde os Portugueses e os Estrangeiros se pudessem aborrecer. A vida cortesã era animada. E, fora da corte, tudo era espectáculo aliciante.

Cruz Malpique

(18) Em A. Pimpão, *op. cit.*, pág. 115.